

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A LUTA PELA TERRA NAS CIDADES

*Myrna T. Rego Viana **

Nas formações sociais em que o modo de produção capitalista é dominante, a cidade é o lugar onde as forças produtivas atingem seu maior nível de desenvolvimento.

A forma espacial da cidade revela tanto as características de desenvolvimento das forças produtivas como também as contradições presentes na formação econômico-social, já que esta ganha concretude no espaço.

É dentro desse quadro que temos que tentar entender a luta pela terra na cidade, luta pela moradia que, até onde pudemos compreender, é um dos aspectos da luta das classes trabalhadoras *pelo direito à cidade*.

A especificidade dessa luta, em nosso país, decorre da forma e do ritmo de acumulação de capital, do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Esse desenvolvimento origina uma formação social complexa que se inscreve no espaço, que é produzido e reproduzido de modo também complexo.

A acumulação de capital em nosso país, especialmente a partir da preponderância do investimento direto de capital estrangeiro na produção, acelera a concentração, tanto de capitais como de mão-de-obra nos centros urbanos. Evidentemente esse processo não difere, em sua essência, do que ocorreu nos países desenvolvidos onde a concentração de terras e/ou a capitalização do campo provocou um parto doloroso que trouxe à luz a classe operária, o exército industrial de reserva de que o capitalismo necessita nos centros urbanos a caminho da industrialização.

* Professora do Departamento de Geografia e Planejamento do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, *Campus* de Rio Claro da UNESP.

Assim é que a classe operária em particular, mas também a pequena burguesia enfrentaram o problema da moradia, de uma maneira mais aguda no desenrolar da Revolução Industrial e, em menor grau, ainda o enfrentam hoje, apesar das várias conquistas econômicas dessas classes nos países desenvolvidos.

Estas constatações apenas nos ajudam a situar a gênese do problema da habitação, no momento em que o capitalismo passa a ser dominante na formação social.

Onde buscar, então, a especificidade do problema em nossa formação social ?

O momento histórico que o capitalismo vive, ao se tornar dominante em nossa formação social, ao penetrar a produção, criará contradições diversas.

A perseguição do lucro, a reprodução ampliada de capital em nível internacional, dá-se num jogo com cartas marcadas, onde o monopólio é a regra e diferentes espaços nacionais são envolvidos. Trata-se de produzir o maior excedente econômico possível, no espaço de tempo mais curto possível, beneficiando-se das vantagens desses diferentes espaços nacionais.

O amadurecimento das condições que permitiriam o desenvolvimento industrial em alguns países, como o nosso, coincide com a estratégia dos centros capitalistas hegemônicos de investimento direto na produção nos países dependentes.

Mas a atuação do capital estrangeiro em espaços ainda não de todo capitalizados exige arranjos internos ao nível do econômico e ao nível do político, num momento em que as relações metrópole/colônia não valem mais.

Na luta entre o capital estrangeiro e o nacional, o primeiro acaba se impondo, quer pelo seu poderio, quer por sua política de alianças que lhe garantirá o respaldo político necessário ao prosseguimento tranquilo de seus investimentos e lucros crescentes.

A atuação desse capital na cidade e no campo intensifica o processo de concentração e centralização de capitais, criando em poucas décadas um exército de reserva muito maior que as necessidades de exploração do

capital.

O imenso contingente populacional "libertado" dos meios de produção, cuja força de trabalho se transforma em mercadoria, é atirado nas cidades. Na cidade essa mercadoria busca sua realização e reprodução.

Ora, sua reprodução depende da forma como ela se insere na produção e sua inserção na produção depende do nível geral do desenvolvimento das forças produtivas bem como das relações de produção existentes num dado momento.

Em nosso caso, a forma e o ritmo de acumulação do capital, a busca do lucro rápido, a possibilidade de exportação do excedente gerado internamente satisfaziam as necessidades de reprodução ampliada do capital a nível internacional, bem como as necessidades de lucro de boa parte dos capitalistas brasileiros e não exigiam necessariamente transformações radicais nas relações de produção. A transformação das relações de produção impôs-se apenas nos ramos de atividades tecnicamente mais avançados ou naqueles em que as relações capitalistas se mostravam necessárias para obtenção de uma maior taxa de lucro. Restou, desta forma, a uma grande parte da população a produção não capitalista de capital, da qual o capital, de uma maneira ou de outra, passa a se apropriar.

Assim, longe de prejudicar o processo de acumulação do capital, o contingente excessivo de mão-de-obra disponível levou a que esse processo mantivesse e acentuasse seu ritmo, pois além de permitir o rebaixamento de salários, o surgimento de relações de produção diversas, de que a população urbana participa, permite um barateamento de custos, uma maior rapidez de realização da mais-valia e uma ampliação constante do mercado consumidor.

Entendemos que vários cientistas sociais subestimam o trabalho "não formal", deixando escapar, em suas análises, parte das contradições presentes na sociedade, especialmente nos centros urbanos.

O trabalhador "por conta própria", por exemplo, quer se dedique à produção, aos serviços, ou a alguma atividade ligada à circulação de mercadorias, pelo seu número elevado constitui, nos centros urbanos, um ponto em torno do qual criam-se divergências nas análises. Possuidor, muitas vezes, dos meios de produção que lhe permitem gerar os meios de subsistência, não gera, com seu trabalho, a mais-valia, já que nenhum capitalista individual se apropria

do seu trabalho não pago no processo de produção.

O mesmo se pode dizer dos que se dedicam aos serviços domésticos que, além de não gerarem valor, às vezes estão submetidos a coerções pessoais, ou recebem como parte de pagamento casa, alimentação etc., o que dificulta até mesmo o cálculo do preço da força de trabalho.

Preferimos considerar essa ampla parcela da população urbana como um subproletariado, tanto pelo fato de não gerarem mais-valia — apesar de exercerem alguma atividade — como pelo fato de não participarem de relações de produção que levem a uma pressão direta sobre os meios de produção.

Assim, aqueles que utilizam o atributo "marginal" para caracterizar a parcela da população urbana não diretamente envolvida em relações de trabalho tipicamente capitalistas deixam de considerar aspectos constituintes da formação social, em nosso país, que lhe dão complexidade e especificidade. Fogem de uma análise mais concreta do verdadeiro caráter da luta de classes, reduzindo as contradições presentes na cidade à contradição burguesia/proletariado.

Como, nesse contexto, localizar a luta pela terra, a luta pela moradia na cidade?

Parece que a questão fundamental que se coloca para amplas parcelas da população urbana é de participarem de relações mercantis e poderem, através delas, ter acesso aos bens e serviços que a sociedade capitalista oferece.

A luta pelo acesso a tais bens e serviços — entre eles a moradia, o solo urbano — não corresponde ao aspecto central da luta de classes, mas, constitui-se em uma luta democrática pelo direito à cidade, expressão que é, esta, do estágio mais avançado das forças produtivas sob o capitalismo.

Definir a luta pela moradia como o centro da luta de classes, e mais simplificada, como querem alguns, como uma luta entre o proletariado e a burguesia, é deixar de considerar a ampla complexidade das relações de classe de nossa sociedade e transferir sua determinação da produção para o consumo.

Nesse processo de luta pela moradia está em jogo a reprodução de todas as classes sociais que dela participam. Essa luta é, na verdade, *um as-*

pecto da luta de classes, mas tem um caráter amplo e democrático porque une na mesma reivindicação classes sociais diferentes.

Sua forma aguda é dada pela própria especificidade de atuação do capital na cidade. O capitalismo valoriza especialmente o meio de produção que a cidade como um todo representa. Mas sua atuação é diferencial e, embora as classes trabalhadoras tenham que ser alojadas dentro de seus limites, cabe a elas pagar o preço que o "modelo" econômico impõe à sociedade como um todo.

As classes dominantes, ao imporem um "modelo" econômico e político que priva as classes trabalhadoras de um emprego regular ou de salários que levem em conta os gastos com sua reprodução, sofrem as pressões necessariamente decorrentes do "modelo" imposto. De um lado é recriado o trabalho autônomo, irregular, sub ou sobreexplorado, as relações de produção em que não há apropriação do sobretrabalho e/ou não há um salário regular; de outro lado, os trabalhadores assalariados se vêem cada vez com menores condições de garantir sua sobrevivência diante do achatamento salarial.

Em decorrência, cresce a contradição: ao mesmo tempo que a burguesia tem necessidade da mão-de-obra numerosa e barata, nega, com sua política, o acesso a determinados bens necessários à reprodução das classes urbanas pobres. Necessita, junto de si, de uma grande quantidade de trabalhadores, mas os expulsa de todas as formas ao valorizar as áreas onde reside ou trabalha.

E as soluções desse problema, tentadas pelas classes dominantes, não conseguem esconder seu caráter demagógico, pois redundam em novas formas de acumulação e concentração de capital às expensas das classes trabalhadoras, como é o caso dos financiamentos do BNH. Em vez de resolver o problema, torna-o ainda mais grave.

As tentativas de soluções dadas ao problema pelas classes trabalhadoras variam de acordo com a maneira como se inserem na produção e de acordo com a renda. Os trabalhadores que recebem um salário regular e relativamente elevado em alguns casos se submetem aos financiamentos. Aos demais, mesmo assalariados, tem restado a autoconstrução, a construção de barracos em favelas, o cômodo de aluguel em cortiços e fundos de lote.

Recentemente, entretanto, com o agravamento geral das condi-

ções de vida e o modo implacável de atuação do capital no ramo da especulação imobiliária, as iniciativas individuais de resolver o problema têm sido cada vez mais impossíveis.

As populações pobres passam, então, à reivindicação coletiva, exigindo melhorias para os lotes das periferias, melhorias sanitárias no interior de favelas, construindo rapidamente favelas em locais proibidos, resistindo às expulsões violentas a que têm sido freqüentemente submetidas, invadindo imóveis vazios etc .

Essas ações coletivas mudam o nível da reivindicação, dando a ela, muitas vezes, um caráter político pelo impacto social que ocasionam.

Ao lado dessas ações, outras tantas surgem. É o caso da ação popular movida contra o governo, quando este assume decisões que lesam direitos das populações de determinadas áreas e que questionam o próprio uso que se quer dar à cidade e ao dinheiro público. O projeto SANEGRA e o Aeroporto de Caucaia ¹ são dois exemplos disso.

Essas lutas, que somam expressivas parcelas da população urbana, se não pressionam diretamente os meios de produção, são aspectos da luta de classes pelo direito à cidade, pois questionam o modelo econômico que nega esse direito à maior parte da população urbana e, conseqüentemente, questionam as classes sociais que o mantêm.

¹ O projeto SANEGRA é um projeto de saneamento da Grande São Paulo, aprovado pela Assembléia Legislativa do Estado em detrimento de outro projeto, menos oneroso, o qual, segundo os autores da ação popular impetrada, implicava também menores riscos à saúde da população. A movimentação popular contra a localização de um aeroporto internacional em Caucaia visava preservar as condições naturais da área. Nos dois casos, estava presente, entre outras, a questão da especulação imobiliária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ENGELS, F. (1961) — *Contribuição ao problema da habitação. In: MARX, C. e ENGELS, F. Obras Escolhidas. Rio de Janeiro, Ed. Vitória, v. 2, p. 107-184.*
- BOLAFFI, G. (1976) — *Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. Cadernos do Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 9 : 65-85.*
- OLIVEIRA, A. U. de (1978) — *A lógica da especulação imobiliária. Boletim Paulista de Geografia, 55 : 75-92.*

RESUMO

A luta pela terra, pela moradia, nas cidades tem que ser vista dentro de um processo mais amplo que origina e caracteriza a formação social num determinado espaço.

A especificação dessa luta é dada pela forma e ritmo de acumulação de capital que, no caso brasileiro, possibilitou a coexistência de relações capitalistas de produção com relações não capitalistas.

Apesar da diversidade de relações de produção de que a população pobre da cidade participa, ocorre a unidade de reivindicação, de luta pela moradia. Esta luta assume um caráter democrático, pois coloca em questão o problema do consumo de um bem necessário à própria reprodução das classes urbanas pobres, e, sem se situar no centro da luta de classes, constitui-se num dos aspectos da luta de classes pelo direito à cidade.

RÉSUMÉ

La lutte pour la terre, pour l'habitation, dans les villes doit être envisagée dans un procès plus ample, lequel est à l'origine de la formation sociale et la caractérise dans un espace déterminé.

La spécificité de cette lutte est montrée par la forme et par le rythme de l'accumulation du capital laquelle, dans le cas brésilien, a rendu possible la coexistence de relations capitalistes et non capitalistes de production.

Malgré la diversité des relations de production à laquelle la population urbaine pauvre prend part, il existe une unité de revendication et de lutte pour l'habitation. Cette lutte assume un caractère démocratique parce qu'elle met en cause le problème de la consommation d'un bien nécessaire à la reproduction même de ces classes urbaines pauvres et, sans se poser au centre de la lutte des classes, elle est un des aspects de cette lutte pour le droit à la ville.